



活動報告 2015

Relatório de Actividades

就業市場

Mercado de Emprego

職業培訓

Formação Profissional

勞動監察

Inspecção do Trabalho

職業安全健康

Segurança e Saúde Ocupacional



Índice

I. Direcção dos Serviços para os Assuntos LaboraisP.2

II. Actividades em destaque P.3-10

III. Exposição do trabalho..... P.11-28

IV. Fotos sobre actividades P.29-30

V. Dados estatísticos de 2015..... P.31-45

I. Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

A Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) é o serviço público da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) incumbido de a coadjuvar na formulação e execução das políticas de trabalho, emprego, segurança e saúde ocupacional e formação profissional.

Objectivos, missão e valores:

1. Objectivos: ter por base a população, prestando-lhe o melhor serviço de qualidade.
2. Missão: criar relações laborais harmoniosas, elevar a qualidade dos recursos humanos, promover a rentabilização da mão-de-obra e promover o desenvolvimento da segurança e saúde ocupacional.
3. Valores: espírito de bem servir, empenhamento e credibilidade, justiça e honestidade, espírito profissional, zelo e cordialidade.

Atribuições:

1. Promover a análise e o estudo do meio social do trabalho, do emprego, da segurança e saúde ocupacional e da formação profissional, com vista à definição de medidas da política de trabalho no quadro das linhas gerais da política social e económica da RAEM;
2. Coordenar as acções desenvolvidas para a execução da política do trabalho e zelar pela promoção do emprego e da formação profissional;
3. Zelar pelo desenvolvimento das relações de trabalho, assente num diálogo permanente entre a Administração e os parceiros sociais neles comprometidos;
4. Assegurar a execução e o acompanhamento das medidas administrativas ou legislativas no que respeita às relações e condições de trabalho;
5. Desenvolver acções de sensibilização e implementar as medidas aconselháveis nos domínios da segurança e saúde ocupacional;
6. Promover o intercâmbio e a colaboração, no domínio do trabalho, com serviços públicos e entidades públicas ou privadas da RAEM ou do exterior;
7. Divulgar e executar as normas emanadas pela Organização Internacional do Trabalho aplicáveis à RAEM.

II. Actividades em destaque

1. Elevação da qualidade dos recursos humanos para promover a ascensão profissional e a mobilidade horizontal dos trabalhadores locais

1.1 Lançamento do “Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações” na modalidade de formação remunerada

Em 2015, a DSAL implementou, pela primeira vez, o “Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações” na modalidade de formação remunerada. Este plano destina-se aos indivíduos das classes de base que trabalham nessa área, aos que ingressaram nessa área há pouco tempo ou aos que pretendem mudar para um emprego daquela área, e tem por objectivo proporcionar formação em técnicas profissionais. Os participantes, durante as horas de trabalho, recebem formação na DSAL dois ou mais dias por semana, trabalhando o resto do tempo nas empresas, não ficando estas afectadas devido à participação dos trabalhadores neste tipo de formação. Este Plano compreende 7 módulos de formação que incluem formação em segurança e saúde ocupacional e desempenho profissional, pintura, técnicas de electricidade, nível básico de soldagem manual a arco eléctrico, refrigeração e ar condicionado, metalomecânica básica e carpintaria, sendo alguns módulos conjugados com certificação através de exame.

O “Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações” obteve o apoio de muitas empresas, e para além de incentivar a participação dos trabalhadores, as empresas atraíram indivíduos do mercado que pretendiam ingressar neste sector, segundo a modalidade de contratação seguida de formação. Em Novembro, a DSAL organizou visitas aos departamentos de manutenção de instalações de empresas, tendo-os, posteriormente, convidado a participar nas acções de recrutamento. Até finais de 2015, tinham sido registados 174 candidatos, tendo 111 ido a entrevistas, sendo que 35 foram contratados, traduzindo uma taxa de contratação de 31,5%. A primeira edição de formação deste Plano teve início em meados de Dezembro, tendo 28 indivíduos completado o curso.



Participação de formandos do “Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações” em feiras de emprego

1.2 Alargamento de forma activa do âmbito dos cursos de formação profissional em articulação com certificação

Desenvolvimento contínuo dos cursos de formação em articulação com certificação para permitir que o nível de aptidão profissional de mais cidadãos residentes seja reconhecido pela sociedade e pelos sectores, de modo a permitir a essas pessoas elevar a sua empregabilidade e

competitividade, visando, ao mesmo tempo, formar recursos humanos qualificados, em diferentes áreas, necessários para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau.

Durante o ano foram lançados 10 cursos em articulação com certificação, salientando-se os cursos de gestão de instalações, cozinheiro de culinária ocidental e chinesa de nível elementar, cozinheiro de pastelaria e acepipes chineses e ocidentais de nível elementar, barista de nível elementar, esteticista de nível intermédio, cuidador infantil e cuidador materno-infantil de nível elementar que resultaram da cooperação entre Macau e Guangdong sobre o desenvolvimento da qualificação profissional, demonstrando plenamente o papel positivo da complementaridade do mecanismo de cooperação entre as duas regiões. Ao mesmo tempo, foi aberto o curso de inglês (TOEIC) para impulsionar a participação dos trabalhadores ao serviço nos exames de inglês reconhecidos internacionalmente, a fim de elevar as suas capacidades de emprego em geral e reforçar as suas condições de ascensão profissional ou mobilidade horizontal.



Cursos de cozinheiro de culinária ocidental e chinesa de nível elementar (qualificação nacional profissional)

2. Prestação de apoio ao emprego com alvos definidos para fomentar a empregabilidade dos cidadãos

2.1 Prestação de apoio aos jovens para planeamento da carreira profissional

Em 2015, foram prestados serviços de aconselhamento profissional a estudantes das diferentes fases e trabalhadores jovens, tendo também incluído grupos de jovens reabilitados. Foram realizados 12 seminários sobre planeamento da carreira profissional e informações sobre emprego, que contaram com 357 participantes. Realizaram-se ainda workshops de simulação de entrevistas para apoiar os jovens a elevar as técnicas de entrevistas na procura de emprego, de modo a aumentar a sua oportunidade de contratação, tendo contado com 213 participantes. Além disso, a DSAL, através da prestação de avaliações segundo métodos científicos e da organização de actividades, deu a possibilidade aos jovens de conhecerem os seus interesses profissionais e as suas capacidades, podendo assim escolher a carreira profissional adequada, tendo sido registados 63 participantes na avaliação de potencialidades profissionais e 34 nas actividades de descoberta da carreira profissional.



Workshops de simulação de entrevistas



Actividades de descoberta de carreira profissional

2.2 Prestação do “one stop service” para trabalhadores residentes despedidos e que pediram apoio

Prestação do “one stop service” para trabalhadores residentes despedidos e que compareceram na DSAL para pedir informações sobre questões laborais. Para além de acompanhar activamente os seus pedidos sobre direitos laborais, tomou-se também a iniciativa de os ajudar a fazer o registo para o pedido de emprego e pôs-se empenho na conjugação de emprego e colocação profissional conforme os seus interesses profissionais, condições e capacidade de trabalho. Foram ainda recolhidos dados sobre as necessidades de formação de técnicas dos trabalhadores, sugerindo-lhes cursos de formação profissional adequados para os apoiar na reintegração no mercado de trabalho logo após a formação. Em 2015, foram registados 99 destes candidatos a emprego, dos quais 57 conseguiram emprego, correspondendo a uma taxa de contratação de 57,6%.

3. Aperfeiçoamento e promoção da legislação do âmbito de trabalho para proteger os direitos e interesses dos empregadores e dos trabalhadores

3.1 Proposta de lei sobre “Alteração da Lei n.º 7/2008 (Lei das relações de trabalho)” relativa ao montante máximo da indemnização por despedimento

Em 1 de Abril de 2015, a Lei n.º 2/2015 (Alteração da Lei n.º 7/2008 “Lei das relações de trabalho”) foi aprovada na especialidade pela Assembleia Legislativa, e entrou em vigor no dia 21 de Abril. A citada lei aumentou o montante máximo da remuneração de base mensal utilizado para calcular a indemnização por resolução do contrato de trabalho sem justa causa, prevista na “Lei das relações de trabalho”, de 14 000 patacas para 20 000 patacas, e ao mesmo tempo introduziu um mecanismo de revisão periódica para aquele montante máximo da remuneração de base mensal ser revisto de dois em dois anos, podendo ser ajustado de acordo com a situação económica.

3.2 “Alteração ao regime de reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais”

Em 15 de Junho de 2015, a Lei n.º 6/2015 (Alteração ao regime de reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais) foi aprovada na especialidade pela Assembleia Legislativa, e entrou em vigor no dia 29 de Agosto. A citada lei reforça a protecção dos direitos dos trabalhadores relativamente a danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como melhora e explicita os mecanismos e procedimentos relativos à reparação destes danos. As alterações incluem a integração, no âmbito dos acidentes de trabalho, dos acidentes ocorridos no percurso de ida e volta do trabalho durante o período em que estiver hasteado um sinal de tempestade tropical igual ou superior ao nº 8, a melhoria dos procedimentos de compensações, o ajustamento do período de participação sobre o acidente de trabalho e a clarificação da natureza da infracção a esta legislação.

3.3 “Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial”

Em 3 de Julho de 2015, a Lei n.º 7/2015 (Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial) foi aprovada na especialidade pela Assembleia Legislativa, e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2016. Esta lei visa proporcionar protecção salarial aos trabalhadores com rendimentos relativamente baixos, de forma a melhorar o seu nível de vida e elevar os seus rendimentos. Em conformidade com esta lei, os empregadores são obrigados a pagar o salário mínimo aos trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial, sendo o seu montante de 30 patacas por hora para trabalhadores com remuneração calculada à hora, 240 patacas por dia para trabalhadores com remuneração calculada ao dia e de 6 240 patacas por mês para trabalhadores com remuneração mensal.

3.4 “Garantia de créditos emergentes das relações de trabalho” e projecto do regulamento administrativo sobre “Fundo de garantia de créditos laborais”

Em 6 de Agosto de 2015, a Lei n.º 10/2015 (Regime de garantia de créditos laborais) foi aprovada na especialidade pela Assembleia Legislativa, e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2016. Esta lei visa assegurar a garantia dos créditos emergentes das relações de trabalho e cria o Fundo de Garantia de Créditos Laborais (FGCL). O trabalhador pode requerer junto do FGCL o pagamento dos créditos garantidos e, na impossibilidade da cobrança por via judicial da quantia em dívida, ou de parte dela, obter o pagamento dessa quantia pelo Fundo. O trabalhador deve reembolsar as quantias recebidas por adiantamento quando se verificarem situações de benefício indevido.

O Regulamento Administrativo n.º 24/2015 (Fundo de Garantia de Créditos Laborais), que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2016, regula a organização, gestão e funcionamento do FGCL, e o “Regime de garantia de créditos laborais” estabelece que o FGCL é apoiado técnica e administrativamente pela Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais.

3.5 Reforço dos trabalhos de divulgação e promoção sobre a legislação

Reforço na divulgação e promoção da legislação no âmbito laboral, principalmente das novas leis publicadas em 2015, através de órgãos de comunicação social e sessões de esclarecimento, para permitir que os cidadãos conheçam e entendam melhor as leis e fiquem cientes dos deveres e obrigações a cumprir.

Foram realizadas no total 30 sessões de esclarecimento destinadas a associações de trabalhadores, associações comerciais e outras associações, sectores, assembleias de condóminos e o público em geral, tendo contado com cerca de 2 100 participantes. Tendo em conta a promoção da Lei do “Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial”, foram realizadas 13 sessões de esclarecimento especializadas destinadas a assembleias de condóminos, comissões administrativas e associações relevantes, e 2 sessões de esclarecimento abertas ao público, tendo contado com cerca de 900 participantes. A fim de aprofundar os conhecimentos dos cidadãos relativamente aos direitos e deveres nas relações de trabalho, foram realizados 4 fóruns destinados aos sectores da restauração, construção, hotelaria e agências de emprego, que contaram com cerca de 400 participantes. Foram também realizadas 3 sessões de apresentação da alteração do enquadramento legal sobre a “Lei das relações de trabalho” e a “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”, para permitir que o público conheça a ideia preliminar da alteração daquelas leis e para ouvir as suas opiniões, onde estiveram cerca de 400 participantes.



Sessão de esclarecimento sobre a Lei do “Salário mínimo Para os trabalhadores de limpeza e de segurança na Actividade de administração predial”



Sessão de esclarecimento sobre o “Regime de garantia de créditos laborais”

4. Aumento da sensibilização sobre segurança e saúde ocupacional para reduzir a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais

4.1 Reforço da promoção e formação sobre o cartão de segurança ocupacional na construção civil

Divulgação e promoção do “Regime do cartão de segurança ocupacional na construção civil” através de diferentes meios e formas e apelo aos sectores para o cumprimento rigoroso desta lei para prevenir e diminuir a ocorrência de acidentes de trabalho no sector da construção, e ao mesmo tempo, continuação do reforço na promoção do plano dos “Cursos para obtenção do cartão de segurança ocupacional na construção civil”. Em 2015, participaram no curso de formação e no teste público 45 811 indivíduos, tendo sido emitidos 41 754 cartões de segurança ocupacional na construção civil.

Desde a realização, em 2002, da 1ª edição do curso de formação para obtenção do cartão de segurança ocupacional na construção civil até ao final de 2015, um total de 183 505 indivíduos frequentou este curso, tendo 165 979 sido aprovados nos testes e obtido o cartão de segurança ocupacional na construção civil. De 2007 a 2015, um total de 31 693 indivíduos frequentou o curso de reciclagem para obtenção do cartão de segurança ocupacional na construção civil, tendo 29 985 indivíduos sido aprovados e obtido a renovação do seu cartão.

Em 2015, a DSAL e as associações relevantes estabeleceram cooperação para criação do “Centro dos serviços de cooperação laboral entre o Interior da China e Macau” que regulamenta a formação dos trabalhadores não residentes antes do início do trabalho, incluindo o envio de pessoal para Zhuhai, tendo por objectivo a realização de cursos de formação para a obtenção do Cartão de Segurança Ocupacional para os trabalhadores do sector da construção provenientes do Interior da China antes da sua vinda para Macau para trabalhar. Até Dezembro de 2015, foram realizados 33 cursos, que contaram com a participação de 4 781 indivíduos.

Além disso, a DSAL na sua página electrónica, adicionou o “sistema para inscrição online em exames/curso para obtenção do cartão de formação em segurança ocupacional para a construção civil” e o “sistema de consulta do estado de inscrição no exame/curso para obtenção do cartão de formação em segurança ocupacional para a construção civil”, para prestar aos cidadãos serviços de inscrição e consulta mais convenientes.

4.2 Realização de actividades para o “Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho” (28 de Abril)

Para se associar ao “Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho”, instituído pela OIT, e para que a comunidade de Macau fique atenta à segurança e saúde ocupacional, foram organizadas, entre Abril e Maio de 2015, actividades dedicadas a esse dia, a fim de divulgar informações junto de associações, profissionais dos sectores, trabalhadores e do público, e ouvir

as opiniões e sugestões de diversos sectores, para melhorar continuamente o nível em geral de segurança e saúde ocupacional.

As actividades contaram com a participação de cerca de 100 entidades, totalizando 926 indivíduos. Estas actividades incluíram: sessões de revisão sobre a segurança na construção, fóruns para as associações do sector, seminários sobre segurança e saúde ocupacional para diferentes indústrias, visita à “exposição sobre segurança e saúde ocupacional” e actividades de promoção da “equipa de segurança ocupacional” (galeria de exposições do Centro de Ciência de Macau). Além disso, foram convidados representantes do Hong Kong Occupational Safety and Health Council para serem oradores dos seminários e formadores de workshops de formação, representantes da Hong Kong Construction Industry Employees General Union para assistirem às reuniões à hora do almoço sobre segurança e saúde ocupacional nos estaleiros e para falarem sobre os acidentes de trabalho mais frequentes nos últimos anos em estaleiros de obras e as medidas de melhoramento adoptadas, e ainda trabalhadores que já sofreram acidentes de trabalho e viúvas e filhos de trabalhadores que faleceram devido a acidentes de trabalho para falarem da sua experiência e sentimentos.



Sessão de revisão sobre a segurança na construção



Visita à “exposição sobre segurança e saúde ocupacional”

4.3 Optimização do “Sistema de avaliação sobre a segurança e saúde ocupacional nas obras de construção civil dos empreiteiros”

Este sistema serve como uma plataforma informativa contendo análises, estudos e classificação de dados sobre a segurança e saúde ocupacional nas obras efectuadas pelos empreiteiros nos últimos três anos, sendo que estas informações são factores importantes para os serviços de obras públicas, na apreciação dos concorrentes a obras públicas, a fim de incentivar os profissionais do sector a promover a segurança e saúde ocupacional, e diminuir assim a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

A fim de reflectir mais profundamente sobre a situação real relativamente ao cumprimento da legislação de segurança e saúde ocupacional por parte dos empreiteiros, após discussão com os serviços de obras públicas, a DSAL procedeu, em 2015, à optimização dos critérios de avaliação

do sistema, tendo introduzido elementos para desconto de pontos nos métodos de classificação, nomeadamente “infracções que levaram a graves acidentes de trabalho”, “suspensão da obra devido ao fraco desempenho em segurança e saúde ocupacional” e “infracções ao cartão de segurança e saúde ocupacional”, tendo também adicionado um elemento de acréscimo de pontos, nomeadamente “estaleiros de obras vencedores do prémio de excelência no trabalho”. Os critérios de avaliação optimizados foram implementados oficialmente no dia 1 de Janeiro de 2016.

III. Exposição do trabalho

◆ Trabalhos jurídicos

1. Desenvolvimento da legislação

Em 2015, a DSAL continuou a dar acompanhamento aos diplomas e regulamentos legais da área do trabalho, tendo designadamente:

— Elaborado as “Regras de gestão do pessoal nas obras de empreitada em estaleiros de construção civil ou em locais onde se realizam obras” e o “Regime de trabalho a tempo parcial”, bem como, acompanhado os trabalhos de estudo de produção legislativa sobre a implementação do salário mínimo a nível geral;

— Revisto e/ou alterado a “Lei das relações de trabalho”, a “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”, o “Regime de licenciamento de agências de emprego e seu funcionamento”, bem como, o “Regulamento de higiene e segurança no trabalho da construção civil” e outros regimes sancionatórios. Além disso, para otimizar as funções dos serviços públicos e concretizar a racionalização de quadros e simplificação administrativa, foi alterada a “Organização e funcionamento da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais”, tendo-se dado a fusão da DSAL e do GRH.

2. Relatório sobre a aplicação das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Em 2015, a DSAL coordenou a elaboração de 9 relatórios sobre a situação de cumprimento da aplicação das convenções da OIT na RAEM.

Em 2016, a DSAL continuará a acompanhar os trabalhos de revisão e/ou alteração da “Lei das relações de trabalho” e da “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”, bem como dos trabalhos de legislação e/ou alteração dos diplomas e regulamentos legais da área do trabalho, dando início à realização de consulta pública sobre parte das propostas de lei. Serão também elaborados os relatórios sobre a situação de aplicação e execução das convenções da OIT em Macau.

◆ Formação profissional

Em 2015, o Departamento de Formação Profissional (DFP), subunidade orgânica da DSAL, organizou um total de 282 cursos de formação profissional que contaram com a participação de 6 032 formandos (pessoas físicas) (Quadros 1 e 2). De entre aqueles formandos, 2 237 obtiveram o certificado de qualificação profissional emitido pela DSAL, tendo ainda 562 destes formandos (pessoas físicas) obtido o certificado nacional de qualificação profissional e o certificado de qualificação profissional de Macau após aprovação nos testes segundo o modelo “1 teste, 2 certificados” ou de acordo com o Protocolo de cooperação dos testes segundo o modelo “1 teste, 2 certificados” (Quadro 3).

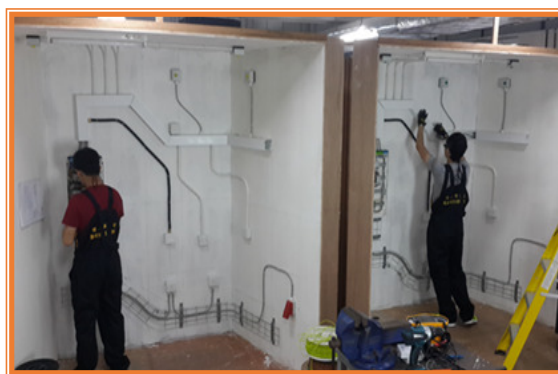
1. Aprendizagem

A formação em Aprendizagem é ministrada durante dois anos em regime presencial diurno, compreendendo formação de técnicas profissionais, estágio em empresas e cursos sobre cultura, e divide-se em duas especialidades: electrónica e telecomunicações

e electricidade de instalações. Os formandos que concluem o curso com aproveitamento para além de receberem o certificado de qualificação, também recebem um certificado de habilitações académicas equivalentes ao 11º ano de escolaridade. Durante o período de formação, os formandos que tenham uma taxa de presença de 80% ou superior poderão receber um subsídio de formação até 3 500 patacas por mês.

Para elevar a empregabilidade e competitividade dos formandos da Aprendizagem, foram organizados, por fases, testes de técnicas para “electricista de reparações” e “montador de equipamento eléctrico”, tendo ao mesmo tempo, apoiado os formandos a obter o cartão de segurança ocupacional na construção civil. Em 2015, passaram o exame e obtiveram o certificado de qualificação profissional de “electricista de reparações” 32 formandos (pessoas físicas) do nível básico e 12 do nível intermédio, enquanto 26 formandos obtiveram o certificado de qualificação profissional do nível básico de “montador de equipamento eléctrico” e 17 obtiveram o cartão de segurança ocupacional na construção civil.

Em 2015, de entre os 21 formandos (pessoas físicas) que concluíram o curso, 17 conseguiram encontrar emprego dentro de um mês após a conclusão do curso, 9 dos quais foram contratados pelas empresas onde realizaram o estágio. A maioria das profissões que os formandos foram exercer estava relacionada com o seu curso.



Exercício prático dos formandos nas aulas

2. Plano de formação de técnicos estagiários

Este plano, com a duração de um ano em regime presencial diurno, tem como componente principal o estágio em empresas e como componente secundária a aprendizagem na sala de aula, para proporcionar aos jovens que possuem técnicas básicas de obras uma formação mais aprofundada e também oportunidades de prática, de forma a incentivar mais jovens a integrarem-se no sector de obras. Durante a formação, os formandos poderão receber um subsídio mensal até 9 000 patacas. Em 2015, concluíram o curso 11 formandos (pessoas físicas), tendo 10 conseguido encontrar emprego dentro de um mês após o fim do curso.

3. Aperfeiçoamento

O Aperfeiçoamento proporciona aos trabalhadores formação para aprofundamento das técnicas e conhecimentos das suas profissões, para os apoiar na sua ascensão profissional. Alguns cursos de Aperfeiçoamento conferem certificação da qualificação profissional, apoiando os trabalhadores a obter um certificado de qualificação profissional reconhecido local ou internacionalmente; ao mesmo tempo, os cursos são também conjugados com o emprego para aumentar ainda mais a empregabilidade e competitividade dos formandos. Em 2015, de entre os 202 cursos que foram realizados, 184 foram concluídos, tendo um total de 3 402 formandos (pessoas físicas) sido aprovados.

3.1 Cursos de formação com certificação

Em 2015, foram realizados 43 cursos com certificação, que contaram com a participação de 1 070 formandos (pessoas físicas); alguns cursos fazem parte do projecto de cooperação Guangdong-Macau, podendo os formandos obter o certificado nacional de qualificação profissional e o certificado de qualificação profissional de Macau após aprovação nos testes segundo o modelo “1 teste, 2 certificados”. Foram concluídos 37 cursos com 781 formandos (pessoas físicas) que participaram nos exames, tendo 676 formandos (pessoas físicas) obtido certificação profissional (Quadro 4), correspondendo a uma taxa de aprovação de 86,6%.



Curso de autenticação de diamantes

3.2 Cursos de formação conjugados com emprego

Para ajudar os trabalhadores com baixos rendimentos ou desempregados a terem oportunidades de acesso a empregos com salários mais elevados ou melhores perspectivas profissionais, continuaram a ser organizados cursos de formação conjugados com o emprego orientados para empresas de grande dimensão à procura de recursos humanos. Para os formandos compreenderem melhor a situação real do ambiente de trabalho, elevarem o seu interesse e empenho na aprendizagem, foram organizadas visitas às empresas durante a realização do curso, tendo sido convidadas



Participação dos formandos que concluíram o curso em acções de recrutamento

empresas de grande dimensão para participar nas acções de recrutamento destinadas aos formandos que concluíram o curso.

Em 2015, foram organizados 13 cursos de formação conjugados com emprego para segurança, tesoureiro e croupier, sendo que, de entre os 339 formandos (pessoas físicas), 305 concluíram o curso. Foram realizadas 6 acções de recrutamento destinadas aos formandos, sendo que, 163 passaram na primeira entrevista, de um total de 256 pessoas (físicas) que estiveram presentes.

3.3 Cursos de formação para trabalhadores de segurança, para acompanhar a implementação da lei sobre o salário mínimo para dois tipos de trabalho na actividade de administração predial

Para acompanhar a implementação da lei sobre o salário mínimo para os dois tipos de trabalho na actividade de administração predial, em 2015, foi lançado o “Curso de formação de conhecimentos básicos para o pessoal de gestão da administração predial”, para permitir que os trabalhadores ao serviço neste tipo de trabalho compreendessem melhor o âmbito e a responsabilidade do cargo e para elevar o nível de técnicas e a qualidade de serviços. Em 2015, foram organizadas quatro edições do curso, tendo um total de 83 pessoas concluído o curso.

4. Plano de formação para pescadores durante o período de defeso da pesca

Este Plano tem como objectivo diminuir as dificuldades económicas sentidas pelos pescadores durante o período de defeso da pesca, por ficarem sem rendimentos durante dois meses e meio, e também auxiliá-los de modo a dominarem outras técnicas de sobrevivência, para aumentar a sua empregabilidade e competitividade no mercado



Curso de introdução à carpintaria organizado para pescadores

de trabalho. Nestes cursos, para além dos conhecimentos marítimos, são leccionados também outros sobre obras de reparação e técnicas profissionais das áreas de hotelaria e de restauração. Os formandos que atinjam uma taxa de presença de 70% poderão receber, durante a formação, um subsídio até 8 000 patacas, sendo o montante calculado de acordo com aquela taxa.

Foram realizados 18 cursos, onde participaram 425 formandos (pessoas físicas), tendo 405 sido aprovados.

5. Aulas de revisão antes dos testes de técnicas profissionais

Estas aulas, destinadas especialmente aos indivíduos inscritos nos testes de técnicas profissionais, proporcionam revisões de aspectos importantes, informações actualizadas do sector e procedimentos e regras sobre os testes de técnicas. Em 2015, foram realizados 54 cursos, tendo um total de 775 formandos (pessoas físicas) obtido aproveitamento.

6. Testes de técnicas profissionais

Estes testes consistem numa avaliação sobre o nível de técnicas profissionais, que define, através do exame de conhecimentos teóricos e/ou de operações práticas, o nível teórico de técnicas e o de capacidade de operações práticas dos candidatos para o exercício de determinada profissão.

Em 2015, continuaram a ser organizados testes de técnicas profissionais de diferentes níveis através do mecanismo de cooperação Guangdong-Macau, aproveitando as tecnologias, recursos e experiência de Guangdong na área de avaliação de qualificação profissional, e tendo sido alargado o âmbito dos tipos de trabalho destes testes. Além disso, continuou-se a reforçar a promoção dos testes de técnicas profissionais, chamando a atenção da sociedade para dar mais importância à certificação de qualificação

profissional, incentivando particularmente as empresas de grande dimensão para encorajarem os seus trabalhadores a obter o certificado de qualificação profissional.

Em 2015, foram emitidos certificados de qualificação profissional a 2 237 pessoas (físicas), sendo a maioria agentes imobiliários (51,4%) e trabalhadores de obras de reparação (26,4%).

7. Medidas de supervisão dos cursos de formação

Para assegurar a eficácia dos cursos de formação e a rentabilização dos recursos de formação, a DSAL envia frequentemente pessoal, durante a realização dos cursos para inspeccionar e verificar a assiduidade, e, antes do termo dos cursos, faz um inquérito para recolha de opiniões sobre o método de ensino dos formadores, conteúdo dos cursos, ambiente das salas de aula e respectivos equipamentos e utensílios pedagógicos, disciplina durante as aulas, etc., para aperfeiçoar continuamente a qualidade dos cursos (Quadro 5).

8. Competição de aptidões entre os jovens

Em Agosto de 2015, a DSAL chefiou uma delegação para participar na “43ª Competição Mundial de Aptidão Profissional”, que teve lugar em São Paulo, Brasil. Entre os 17 concorrentes da delegação de Macau que competiram em 15 modalidades, 9 obtiveram

medalhas de desempenho excelente nas modalidades de “instalação de sistema eléctrico”, “mecatrónica”, “vestuário de moda”, “arranjos florais”, “design de página electrónica”, “gestão do sistema de rede de computador”, “aplicação de programas informáticos na área comercial” e “fabrico de doces/pastelaria”; os concorrentes participaram ainda em outras modalidades como, “instalação de cabos eléctricos em redes de comunicação”, “electrónica industrial”, “robot móvel”, “penteados”, “beleza e tratamento”, “culinária ocidental” e “demonstração de produtos comerciais”.



Fotografia com concorrentes de diferentes locais na cerimónia de encerramento

Relativamente à formação profissional, em 2016, continuar-se-á a organizar, consoante o desenvolvimento económico e as necessidades no mercado de recursos humanos, cursos diversificados de formação profissional nas modalidades de “formação com certificação”, “formação conjugada com emprego” ou “formação remunerada em serviço”, para elevar a qualificação profissional dos residentes e a sua empregabilidade e competitividade, apoiando-os na sua ascensão profissional ou mobilidade horizontal. Além disso, serão organizados testes de técnicas para mais tipos de trabalho e de diferentes níveis, dando mais oportunidades aos residentes para obter certificação de Macau, nacional e internacional, elevando assim a qualidade global dos recursos humanos de Macau e formando pessoal qualificado e apto para apoiar o desenvolvimento económico de Macau.

◆ Serviço de emprego

O Departamento de Emprego (DE), subunidade orgânica da DSAL, tem dado muita atenção às mudanças no mercado de trabalho em Macau, tendo reforçado a harmonização entre a procura e a oferta de recursos humanos. Em 2015, foram desenvolvidos os seguintes trabalhos:

1. Registo de 8 554 pessoas (físicas) para pedido de emprego e de 12 064 empregadores (pessoas físicas) para ofertas de emprego. No final do ano, 56 672 ofertas de emprego estavam ainda válidas. Foram efectuadas conjugações de emprego conforme os requisitos exigidos por empregadores e candidatos a emprego, tendo 18 876 casos sido encaminhados, sendo que 7 806 pessoas (físicas) compareceram a entrevistas, tendo 734 sido colocadas, envolvendo 64 tipos de trabalho. De entre os registos para pedido de emprego acima referidos, 47 eram de indivíduos com deficiência, tendo 30 sido colocados.
2. Continuação da prestação, com alvo definido, de serviços adequados de aconselhamento de emprego e de encaminhamento profissional destinados aos indivíduos de meia-idade, desempregados de longa duração e reabilitados. Este ano, um total de 13 pessoas utilizaram o serviço de aconselhamento de emprego, 9 dos quais, conseguiram ser encaminhados para reintegração no mercado de trabalho.
3. Continuação do encaminhamento de candidatos com condições adequadas para participar em acções de recrutamento de grande envergadura e, simultaneamente, envio de pessoal para se inteirar da situação dessas acções de recrutamento. Em 2015, houve um total de 55 acções de recrutamento para as obras da 2ª fase do Galaxy, obras da 3ª fase do Venetian, Melco Crown Entertainment, Sands China, Galaxy Professional Services Limited e Wynn Macau, donde resultaram 2 370 casos de contratação.
4. No que se refere à prestação de apoio aos deficientes para integração no mercado de trabalho, continuação da coorganização com o Instituto de Acção Social (IAS) da “6ª edição do Plano de atribuição de prémios às entidades empregadoras de pessoas deficientes”. Este plano tem como objectivo elogiar e premiar publicamente os empregadores que empregam pessoas deficientes, aproveitando esta actividade para promover o reconhecimento público e apoiar a capacidade de trabalho das pessoas deficientes, para que as mesmas possam justamente ter mais oportunidades de contratação.



Participação na acção de recrutamento do sector do jogo



Empresas e organizações elogiadas e premiadas

Os empregadores elogiados e premiados nesta edição eram provenientes de diferentes sectores, num total de 69 empresas e organizações.

Realização, ainda, da actividade sobre “Experiência de trabalho durante as férias escolares de Verão” destinada a jovens deficientes. Esta actividade contou com a

participação de 13 alunos do ensino secundário complementar do curso do ensino especial da Escola Luso-Chinesa Técnico-Profissional e da Escola Concórdia para Ensino Especial. A articulação da aprendizagem com a prática permitiu-lhes conhecer o ambiente de trabalho real e adquirir experiência no trabalho, contribuindo assim para a elevação da sua empregabilidade. Após esta actividade, de entre os 11 alunos graduados, 8 foram contratados pelas empresas que proporcionaram a experiência de trabalho.



Atribuição de certificado de trabalho aos alunos pela empresa

5. Registo de 251 pedidos de licença administrativa para agências de emprego, sendo 21 novos pedidos, 159 pedidos de renovação, 69 de alteração da licença e 2 de cancelamento. Conclusão, no corrente ano, da apreciação de 232 pedidos, sendo 21 novos pedidos, 148 pedidos de renovação, 61 de alteração da licença e 2 de cancelamento.
6. Emissão de 5 632 certidões para pedido de subsídio de emprego, envolvendo 2 556 pessoas (físicas).

Em 2016, continuar-se-á a aperfeiçoar os serviços de emprego, aumentando a comunicação com as empresas para melhor compreender as necessidades de recursos humanos das empresas, apoiando os candidatos com os requisitos adequados na procura de trabalho com salários mais elevados e melhores perspectivas profissionais; em conformidade com as características e as necessidades dos diferentes grupos, prestar-se-á serviço de aconselhamento adequado através de palestras, workshops e outras formas de actividades, para os candidatos terem conhecimento da situação do mercado de trabalho, e aproveitarem melhor as suas oportunidades de ascensão profissional ou mobilidade horizontal. Ao mesmo tempo, continuar-se-á a tomar medidas para poder facilitar à população a “entrega de serviço ao domicílio”, reforçando a cooperação com as escolas do ensino especial e as instituições de recuperação, destacando pessoal para apoiar os

deficientes interessados em trabalhar no tratamento do registo de emprego, e executando in loco a sessão de aconselhamento, para compreender as capacidades de trabalho e as preferências de emprego. Continuar-se-á ainda a adicionar serviços electrónicos, criando o serviço electrónico de plataforma de conjugação de emprego, permitindo que candidatos e empregadores já registados procedam eles próprios à conjugação, através da internet, elevando deste modo a sua eficácia.

◆ **Inspecção do trabalho**

Compete ao Departamento de Inspecção do Trabalho (DIT), subunidade orgânica da DSAL, aceitar queixas e pedidos de informação dos cidadãos sobre questões laborais, efectuar investigações dos processos instaurados e análise das provas, instaurar, nos termos da lei, processos legais sancionatórios contra infracções à lei e fiscalizar, através de vistorias, o cumprimento da legislação do trabalho. Em 2015, o DIT executou os seguintes trabalhos:

1. Serviço informativo

1.1 Pedido de informações

O serviço informativo, disponível de 2^a a 6^a feira das 9 horas às 19:30 horas, disponibilizou especialistas para atender o público, a fim de permitir aos interessados um melhor conhecimento dos seus direitos e deveres e das leis e regulamentos da área do trabalho, tendo continuado a funcionar a “Linha aberta informativa” (2840 0333) e a “Linha para o serviço de consulta da Lei das relações de trabalho” (2871 7810).

Em 2015, o DIT prestou 5 710 serviços a indivíduos que compareceram pessoalmente na DSAL para pedir informações, sendo que 878 eram referentes a pedidos de empregadores e 4 832 a pedidos de trabalhadores, totalizando 15 012 assuntos.

1.2 Queixas

Em 2015, foram recebidas 2 582 queixas de trabalhadores sobre os seus direitos postergados, envolvendo 6 420 trabalhadores, sendo 2 244 residentes (TR’s) e 4 176 não residentes (TNR’s), totalizando 15 368 assuntos.

2. Actividade inspectiva

2.1 Processos de conflitos laborais

Em 2015, foram abertos 2 851 processos para tratamento, que juntamente com os 668 não concluídos até ao final do ano 2014, e aos quais foi necessário continuar a dar acompanhamento em 2015, perfizeram um total de 3 519 processos.

Em 2015, foram concluídos 2 355 processos de conflitos laborais, envolvendo 1 260 empresas. O número de trabalhadores que reclamou ou participou sobre um ou mais assuntos totalizou 5 266 pessoas (físicas), perfazendo um total de 13 615 incidências em assuntos. (Quadro 6)

2.1.1 Infracções verificadas – sanções

Em 2015, o montante total das multas apuradas resultantes de infracções em conflitos laborais atingiu 8 938 167 patacas, que incluíram:

(1) Infracções administrativas

Envolveram infracções administrativas, 183 processos de conflitos laborais, tendo sido aplicadas multas no montante global de 1 692 000 patacas a 171 empresas, sendo a maioria devido à “forma de pagamento da remuneração” e ao “contrato de trabalho com menores”, representando 55% e 16%, respectivamente, do total das multas aplicadas por infracções administrativas em processos de conflitos laborais. (Quadro 7)

(2) Contravenções

Envolveram contravenções, 199 processos de conflitos laborais, tendo sido aplicadas multas a 133 empresas no montante global de 7 246 167 patacas, sendo a maior parte devido à “falta de pagamento dos salários” e à “indenização por despedimento”, representando 35% e 14%, respectivamente, do total das multas aplicadas por contravenções em processos de conflitos laborais. (Quadro 8)

2.1.2 Infracções verificadas – Créditos dos trabalhadores

Nas investigações efectuadas resultantes dos processos de conflitos laborais, verificou-se que, em 2015, as infracções por créditos aos trabalhadores envolveram 4 903 trabalhadores (pessoas físicas), sendo 1 504 TR’s e 3 399 TNR’s. O total desses créditos foi de 74 213 411 patacas, sendo 88% respeitante a créditos pagos com elaboração de auto e correspondente ao montante de 65 601 706 patacas. (Quadro 9)

2.2 Trabalho ilegal e acções inspectivas

2.2.1 Acções inspectivas

No que se refere ao combate ao trabalho ilegal, em 2015, a DSAL realizou 133 acções inspectivas e ainda 38 acções em conjunto com outros serviços competentes para tal, como o Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP), perfazendo um total de 171 acções inspectivas*. (Quadro 10)

**As acções inspectivas levadas a cabo em casinos, obras de construção civil e portos marítimos foram realizadas em conjunto com a Polícia Judiciária, CPSP e Serviços de Alfândega.*

2.2.2 Processos de trabalho ilegal

Em 2015, foram abertos 887 processos sobre trabalho ilegal, que, juntamente com os 940 processos pendentes até ao final do ano 2014, totalizaram 1 827 processos. Ainda em 2015, foram concluídos 898 processos sobre trabalho ilegal, envolvendo 716 empresas, 1 088 pessoas (físicas) e correspondendo a 1 295 incidências.

2.2.3 Infracções verificadas – sanções

Em 2015, foram aplicadas multas no valor de 11 445 000 patacas por infracções à “Lei da contratação de trabalhadores não residentes” ou ao “Regulamento sobre a proibição do trabalho ilegal”, envolvendo 426 empregadores/entidades empregadoras, 438 TNR’s por exercício de actividades para outrem sem a devida autorização (trabalhador ilegal) e 277 TNR’s por exercício de actividades em proveito próprio. (Quadro 11)

2.3 Acidentes de trabalho e doenças profissionais

2.3.1 Processos de acidentes de trabalho

Em 2015, foram abertos 5 309 processos de acidentes de trabalho para tratamento que juntamente com os 6 367 pendentes de 2014 totalizaram 11 676. De acordo com os dados dos processos sobre a participação dos acidentes de trabalho recebidos pela DSAL, registou-se, em 2015, um total de 7 517 vítimas (pessoas físicas) de acidente de trabalho.

Em 2015, foram concluídos 8 023 processos de acidentes de trabalho, envolvendo 1 200 empresas e 8 069 trabalhadores (pessoas físicas); foram enviados aos órgãos judiciais para tratamento, 406 processos (processos em que as vítimas se encontravam em recuperação há um longo período de tempo, tinham incapacidades ou faleceram, ou processos em que o empregador não tinha assumido a responsabilidade de pagamento das prestações respeitantes às despesas de tratamento médico e do salário durante o período de recuperação*).

** Os empregadores são obrigados assumir a responsabilidade pela reparação por danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais quando não transferem essa responsabilidade para seguradoras autorizadas a explorar o ramo de seguro de acidentes de trabalho no território de Macau.*

2.3.2 Processos de doenças profissionais

Em 2015, o DIT abriu 7 processos de doenças profissionais que juntamente com os 5 pendentes até ao final do ano de 2014 totalizaram 12 processos.

Em 2015, foram concluídos 7 processos de doenças profissionais, envolvendo 6 empresas e 7 trabalhadores. Foram enviados aos órgãos judiciais para tratamento 3 processos de doenças profissionais.

2.3.3 Sanções resultantes dos acidentes de trabalho

Em 2015, foram aplicadas multas no valor de 786 600 patacas em 185 processos de acidentes de trabalho. A maioria das multas foi aplicada aos empregadores por “falta de aquisição de apólice de seguro para o trabalhador” e “falta de comunicação à DSAL do acidente de trabalho”, representando 69% e 31%, respectivamente, do total das multas aplicadas em processos de acidentes de trabalho.

2.3.4 Créditos dos trabalhadores resultantes dos processos de acidentes de trabalho e doenças profissionais

Em 2015, de entre os processos de acidentes de trabalho concluídos, os créditos dos trabalhadores resultantes dos processos de acidentes de trabalho e doenças profissionais atingiram o montante de 71 284 737 patacas, tendo sido indemnizados 6 185 trabalhadores. (Quadro 12)

2.4 Outros casos

2.4.1 Diminuição da remuneração de base

Em 2015, foram recebidas 105 comunicações dos empregadores sobre diminuição da remuneração, envolvendo 275 trabalhadores, nomeadamente 232 TR's e 43 TNR's. De entre as comunicações recebidas, verificou-se que um caso necessitava abertura de processo por eventual infracção ao disposto sobre diminuição da remuneração de base do trabalhador.

2.4.2 Contrato com menores

Em 2015, o DIT recebeu 187 cópias de comunicações de contratos de trabalho celebrados com menores, envolvendo 506 menores. Foram instaurados 11 processos por eventuais infracções às disposições sobre a contratação de menores, envolvendo 20 menores.

2.4.3 Direito a alojamento dos TNR's

O DIT, em 2015, abriu 18 processos sobre o direito a alojamento dos TNR's e concluiu o tratamento de 34 casos (incluindo processos não concluídos até ao final do ano de 2014 e aos quais foi necessário continuar a dar acompanhamento em 2015), dos quais foram arquivados 17 casos sobre alojamento prestado pelo empregador, envolvendo 138 TNR's, tendo-se confirmado, após investigação, que as condições de alojamento satisfaziam os requisitos legais. Para os outros 17 casos em que o alojamento não era prestado pelo empregador também foi confirmado que as condições de alojamento satisfaziam os requisitos legais.

2.4.4 Agências de emprego

Em 2015, foram abertos 117 processos sobre agências de emprego, que juntamente com os 77 pendentes no final do ano de 2014, totalizaram 194.

Em 2015, foram concluídos 111 processos, envolvendo um total de 103 empresas. De entre esses processos, 4 diziam respeito a eventual exigência aos TNR's do pagamento de despesas, tendo-se confirmado, após a investigação, que eram insubsistentes.

2.4.5 Outros processos

Em 2015, o DIT recebeu um total de 242 processos de natureza diversa para tratamento (241 processos do Fundo de Segurança Social e um de recrutamento falso). No mesmo ano, foram concluídos 200 processos (198 processos do Fundo de Segurança Social e 2 de recrutamento falso, incluindo processos que não tinham sido concluídos até ao final de 2014, e aos quais foi necessário continuar a dar acompanhamento em 2015).

3. Optimização do trabalho e formação interna

3.1 Continuação da execução do mecanismo de saída de TNR's, fiscalizando a situação de emprego dos trabalhadores nas empresas. Continuação da manutenção de uma comunicação estreita com os serviços relevantes para fiscalizar o cumprimento por parte das empresas das condições ou dos encargos estipulados na autorização de contratação de TNR's.

3.2 Realização de fiscalização preventiva atempada do trabalho, destacando pessoal para os estaleiros de construção para acções de visitas e tendo por iniciativa fiscalizado as empresas sobre o cumprimento da legislação do trabalho, a fim de proteger eficazmente os direitos e interesses dos trabalhadores.

3.3 Para elevar os conhecimentos dos TNR's sobre os seus direitos e interesses laborais, a DSAL enviou pessoal ao "Centro de serviços de cooperação para o trabalho entre o Interior da China e Macau", situado em Zhuhai, para prestar esclarecimentos aos trabalhadores do sector da construção provenientes do Interior da China sobre os

direitos e deveres laborais em Macau, e formas de protecção dos seus direitos, incluindo legislação sobre indemnização por despedimento na saída dos TNR's.

- 3.4 Para acompanhar a entrada em vigor, no dia 1 de Janeiro de 2016, do “Regime de garantia de créditos laborais” foram executadas diversas medidas preparatórias, incluindo a configuração do sistema informático e formação de pessoal. Ao mesmo tempo, para facilitar a população, os processos de queixas apresentados ao Fundo de Garantia de Créditos Laborais para o pagamento do adiantamento de créditos, serão acompanhados e tratados pelos mesmos inspectores, a fim de elevar a eficiência administrativa.
- 3.5 Para elevar a eficácia no tratamento dos processos sobre conflitos laborais, continuou-se a otimizar os procedimentos administrativos, a reforçar o trabalho informático e a elaborar, consoante as necessidades, orientações de trabalho, exigindo ao pessoal de inspecção do trabalho o seu cumprimento rigoroso.
- 3.6 Continuação da realização de acções de formação profissional destinadas ao pessoal de inspecção do trabalho através da organização de workshops orientados pelos serviços de investigação criminal sobre técnicas de investigação e de interrogatório, a fim de elevar a eficácia no tratamento de processos e a qualidade dos serviços.
- 3.7 Continuação da prestação do serviço de apoio psicólogo ao público e ao pessoal de inspecção do trabalho.

4. Trabalhos de promoção

- 4.1 Continuação do acompanhamento da legislação da área do trabalho, particularmente dos novos diplomas publicados, através da realização de actividades de divulgação e trabalhos de sensibilização, bem como de sessões de esclarecimento, diferentes meios de comunicação, incluindo aplicações móveis, cartazes electrónicos, filmes e impressos de divulgação e outros meios ou formas, para que o público compreenda melhor os diplomas e regulamentos legais, e simultaneamente promovendo os serviços e as informações sobre a fiscalização do trabalho, a fim de incentivar empregadores e trabalhadores a conhecer e cumprir a lei para prevenir conflitos laborais desnecessários, mantendo relações de trabalho harmoniosas.
- 4.2 Manutenção da comunicação com as associações e os sectores e auscultação das suas opiniões, e através da cooperação com diferentes grupos e instituições, chegar ao público-alvo prestando informações consoante as necessidades e as características das diferentes audiências e organizando seminários e sessões de esclarecimento para os sectores.

No âmbito da inspecção do trabalho, em 2016, continuar-se-á o empenhamento na protecção dos legítimos direitos e interesses dos trabalhadores e, em conjunto com o CPSP, continuar-se-á a combater o trabalho ilegal e a fiscalizar a situação de emprego nas empresas. Ao mesmo tempo, será reforçada a coordenação dos processos de conflitos laborais, intensificando as actividades de divulgação, nomeadamente através da realização de sessões de esclarecimento sobre temas específicos da legislação, fóruns destinados à comunidade, bem como através de diversos meios de comunicação, para

aprofundar a sensibilização do público para os direitos e deveres nas relações de trabalho, e ainda prestando informações sobre os direitos e interesses do trabalho através da “entrega de serviço ao domicílio”, de modo a criar relações de trabalho harmoniosas. Continuar-se-á ainda a reforçar a formação profissional do pessoal de inspecção do trabalho, particularmente com formação intensiva sobre os novos diplomas que entraram em vigor, para elevar a eficácia no tratamento de processos e a qualidade dos serviços.

◆ Segurança e Saúde Ocupacional

Em 2015, o Departamento de Segurança e Saúde Ocupacional (DSSO), subunidade orgânica da DSAL, procedeu aos seguintes trabalhos:

1. Fiscalização sobre segurança e saúde ocupacional

Foram realizadas 5 628 acções inspectivas relacionadas com as condições de segurança e saúde ocupacional a locais de trabalho dos sectores da construção, hotelaria, restauração, comércio por grosso e a retalho bem como a escolas, estas em cooperação com a DSEJ (Quadro 13), tendo ainda participado em acções de inspecção às condições de segurança e saúde ocupacional realizadas em conjunto com as Comissões de Licenciamento (Quadro 14). Em 2015, foram efectuadas 6 013 visitas inspectivas e fiscalizações a 2 044 locais de trabalho, tendo sido dadas 3 182 recomendações. (Quadro 15)



Avaliação da iluminação nas cozinhas no sector da restauração

Durante as inspecções, foram efectuadas 170 autuações por irregularidades verificadas no local de trabalho, tendo as multas pagas totalizado 799 000 patacas. As irregularidades envolveram principalmente medidas de protecção colectiva para evitar a queda de pessoas ou objectos (87%), medidas de prevenção e sensibilização dos empreiteiros (8%), uso das máquinas de elevação e respectivos equipamentos (7%) e segurança nos trabalhos com electricidade (6%). Além disso, foi ordenada a suspensão de obras em 22 estabelecimentos devido à existência de irregularidades que constituíam risco grave imediato, ameaça à saúde, vida ou integridade física dos trabalhadores ou de terceiros.



Fiscalização dos trabalhos de elevação e transporte de materiais nos estaleiros de construção



Verificação dos cartões de segurança ocupacional dos trabalhadores

Para além disso, foram efectuadas 10 autuações por violação ao “Regime do cartão de segurança ocupacional na construção civil”, sendo que 10 empregadores tinham contratado trabalhadores que não possuíam cartão de segurança ocupacional válido para trabalhar no estaleiro de construção e 102 trabalhadores encontravam-se a prestar trabalho no estaleiro sem possuir o cartão de segurança ocupacional válido.

2. Exames de saúde ocupacional

2.1 Realização de exames de saúde ocupacional

Foram realizados 5 183 exames de saúde ocupacional a 1 050 pessoas (1 047 trabalhadores ao serviço e 3 menores) (Quadro 16), e tendo em conta os resultados desses exames, os técnicos prestaram 4 759 recomendações às empresas e aos trabalhadores.

Os indivíduos que realizaram os exames eram provenientes dos sectores participantes no inquérito de saúde ocupacional (sectores da construção, hotelaria, comércio por grosso e a retalho e serviços públicos), de empresas obrigadas a proporcionar exames de saúde ocupacional, de acções de promoção e divulgação de segurança e saúde ocupacional e indivíduos ao serviço participantes em cursos de formação/palestras sobre a segurança e saúde ocupacional. Além da realização de exames de saúde ocupacional, o pessoal técnico também proporciona promoção da saúde ocupacional e serviços de consulta in loco.

2.2 Acompanhamento da saúde auditiva dos trabalhadores

Relativamente à legislação sobre exames auditivos dos trabalhadores, o DSSO fiscalizou os sectores, tendo procedido a um rastreio por amostragem a 6 instituições que utilizam equipamento altamente ruidoso, tendo dado acompanhamento adequado à saúde auditiva de 285 trabalhadores que trabalhavam em ambientes ruidosos.

3. Exames médicos para admissão de formandos nos cursos de formação inicial

Foram realizados 516 exames médicos para admissão de 41 candidatos a 3 cursos de formação inicial, tendo sido prestado um total de 85 recomendações para melhoria da saúde individual.

4. Acções de formação e divulgação da segurança e saúde ocupacional

4.1 Plano de promoção e seminários de formação sobre a segurança e saúde ocupacional

Foi implementado o “Plano de promoção da segurança e saúde ocupacional” junto de estaleiros de obras de construção, hotéis e escolas, a fim de aumentar a sensibilização dos trabalhadores para a segurança e saúde ocupacional. Foram realizadas 87 actividades de promoção, que contaram com a participação de 4 554 pessoas. Além disso, através da

realização de 171 seminários, foram transmitidas informações sobre segurança e saúde ocupacional a 11 257 empregadores e trabalhadores de 70 instituições.

Além disso, para ajudar os sectores a aumentar os níveis de segurança no trabalho, em Fevereiro de 2015, foi lançado o “Plano promocional subsidiado para dispositivos de ancoragem temporária (conjunto de cinto/arnês de segurança, dispositivo de ancoragem temporária e corda de salvação independente)”, sendo que se continuará a organizar vários planos promocionais de segurança, incluindo o “Pacote promocional de utilização de dispositivos portáteis de ancoragem temporária”, o “Plano promocional para calçado de segurança e para caixa de primeiros socorros”. (Quadro 17)

4.2 Curso para obtenção de certificado sobre segurança na construção civil

Em 2015, continuou-se a trabalhar conjuntamente com a Universidade de Macau tendo sido organizados 6 cursos para a obtenção do certificado de encarregado de segurança na construção civil, com a participação de 235 formandos, dos quais 207 concluíram o curso com aprovação. Foram ainda organizados 8 cursos juntamente com a Associação da Segurança na Construção de Macau para a obtenção do certificado de assistente de encarregado de segurança na construção civil, tendo 185 formandos, de um total de 280, concluído o curso e sido aprovados.

Além disso, para continuar a elevar o conhecimento sobre segurança e saúde ocupacional e o nível de avaliação de segurança no sector da construção, foram organizados dois novos cursos juntamente com a Universidade de Macau, nomeadamente o “Curso de auditor de segurança” com a duração de 336 horas que contou com 33 formandos, e o “Diploma de pós-graduação em segurança e saúde ocupacional” com a duração de 114 horas que contou com 54 formandos.

4.3 Cursos por módulos sobre segurança e saúde ocupacional

Em 2015, foram organizadas 139 turmas para o curso por módulos sobre segurança e saúde ocupacional, tendo sido dada formação a 3 107 indivíduos e atribuídos 3 055 certificados de aprovação.

4.4 A 5ª edição do “Prémio de excelência em segurança no trabalho da construção civil”

Em 2015, realizou-se a 5ª edição do “Prémio de excelência em segurança no trabalho

da construção civil”, com o objectivo de elevar a consciência para a segurança no trabalho no sector e de criar uma boa cultura de segurança, elogiando e premiando, através de competições públicas, as empresas, o pessoal de gestão da segurança e os trabalhadores com bom desempenho na área da segurança e saúde ocupacional. Nesta edição inscreveram-se para participar 24 estaleiros de construção civil, 36 companhias de construção civil, 72 indivíduos do pessoal de gestão da segurança nos estaleiros de obras e 70 trabalhadores.



Sessão de avaliação da 5ª edição do “Prémio de excelência em segurança no trabalho da construção civil”

4.5 Actividades de promoção da segurança e saúde ocupacional para os jovens

No quarto trimestre de 2015, foi lançado o plano sobre “Actividades de promoção da segurança e saúde ocupacional para os jovens em 2015/6”, com o objectivo de elevar o conhecimento dos estudantes de Macau sobre a segurança e saúde ocupacional, sensibilizando-os para uma boa segurança no trabalho, para estarem preparados para se integrarem no mercado de trabalho. A primeira fase, destinou-se principalmente à promoção junto de diversas instituições universitárias, entre as quais, a Universidade de Macau que assinou o Acordo de Segurança e Saúde Ocupacional em 16 de Novembro de 2015, tornando-se um dos membros, tendo-se comprometido a continuar a otimizar o ambiente de trabalho da universidade, melhorar as medidas de segurança e saúde ocupacional e prevenir e controlar a ocorrência de diferentes riscos profissionais.

Em Novembro, a DSAL participou na actividade de “Healthy University Week” realizada pela Universidade de Macau, tendo montado uma exposição sobre segurança



Actividades de promoção da segurança e saúde ocupacional para os jovens

e saúde ocupacional e tendas de jogos. Para além disso, organizou, para os estudantes desta instituição, uma palestra sobre “Estratégia de segurança para os trabalhadores recém-chegados ao local de trabalho”. No futuro, continuar-se-á a promover este plano em outras instituições, realizando palestras temáticas para os estudantes, e também exposições e jogos interactivos.

4.6 Actividades promocionais da “Equipa de segurança ocupacional”

A “Equipa de segurança ocupacional” continuou com a exposição no Centro de Ciência de Macau, para promoção de informações sobre a segurança e saúde ocupacional e com a zona de formação interactiva sobre segurança e saúde ocupacional, tendo, em 2015, actualizado o sistema de jogos para continuar a atrair visitantes. Durante o ano, cerca de 300 000 pessoas (físicas) participaram nesta experiência interactiva.

4.7 Reuniões informais de manhã e à tarde sobre segurança no trabalho nos estaleiros de construção civil

Continuação da cooperação com os empreiteiros dos estaleiros de construção civil, para elevar o conhecimento dos trabalhadores da linha de frente sobre a segurança e saúde ocupacional, tendo sido realizadas 16 reuniões informais de manhã e 14 antes da hora de almoço, que contaram com 1 263 e 837 participantes, respectivamente.

4.8 Actividades promocionais sobre segurança e saúde ocupacional e tendas de jogos

Em 2015, em conjunto com associações relacionadas com a promoção de segurança e saúde ocupacional, foi organizado ou coorganizado um total de 15 actividades que

incluiu: realização do “Seminário sobre a inspecção e operação segura de aparelhos elevatórios e máquinas, coorganização do “8º Festival da segurança e saúde ocupacional de Macau”, da “23ª Conferência de segurança e saúde ocupacional entre os dois lados do Estreito, Hong Kong e Macau” e da “8ª Competição de conhecimentos de segurança entre Cantão, Hong Kong e Macau” e ainda tendas de jogos com prémios nas actividades organizadas pelas 6 associações/instituições, para divulgação de informações sobre a segurança no trabalho.

Relativamente à segurança e saúde ocupacional, em 2016, para além do reforço nas acções inspectivas e na fiscalização da execução da lei, será dado empenho ao início da realização de vários tipos de cursos de formação, palestras e actividades práticas sobre a segurança e saúde ocupacional, e continuar-se-ão a realizar o “Prémio de Segurança e Saúde Ocupacional no Sector da Restauração” e os planos promocionais subsidiados para diferentes equipamentos. Quanto ao sector da construção, continuar-se-á a organizar actividades de promoção da segurança e saúde ocupacional nos estaleiros de construção civil, estando previsto o lançamento do “Plano promocional subsidiado para plataformas de trabalho portáteis – gestão de saúde e segurança ocupacional” e a aprofundar os trabalhos de sensibilização sobre a segurança e saúde ocupacional no sector da construção, incluindo “Cursos sobre exames de segurança a aparelhos elevatórios”. Quanto aos sectores da hotelaria e do jogo, será dado início ao “Plano de sensibilização sobre a segurança e saúde ocupacional no sector de hotelaria/do jogo” para elevar ainda mais o nível dos trabalhadores destes sectores sobre a segurança e saúde ocupacional; e no que diz respeito aos jovens, será lançada a “Competição sobre a criatividade da segurança e saúde ocupacional” para encorajar o desenvolvimento criativo e organizar-se-ão continuamente actividades promocionais sobre a segurança e saúde ocupacional para jovens.

◆ **Distribuição do pessoal da inspecção do trabalho e legislação relevante**

Em 2015, a DSAL contava com 77 inspectores e 57 trabalhadores com funções de fiscalização, totalizando 134 trabalhadores responsáveis por inspecções do trabalho. Cerca de 90,3% destes trabalhadores possuem licenciatura ou nível superior. No que diz respeito aos trabalhadores segundo o tempo de serviço, os que trabalham há “mais de 10 anos” correspondem a 51,5%, enquanto os que trabalham entre “5 a 10 anos” e há “menos de 5 anos” representam 26,9% e 21,6%, respectivamente. (Quadros 18 e 19)

Os 77 inspectores e 28 dos trabalhadores com funções de fiscalização pertencem ao DIT, enquanto os restantes 29 trabalhadores pertencem ao DSSO, executando trabalhos de fiscalização de acordo com a lei.

O DIT efectua, nos termos da lei, vistorias e desenvolve acções de sensibilização no domínio das relações e condições do trabalho, para fiscalizar o cumprimento da seguinte legislação:

- Lei n.º 4/98/M (Lei de bases da política de emprego e dos direitos laborais);
- Decreto-Lei n.º 52/95/M (Garantia da igualdade de oportunidades e de tratamento no emprego entre os trabalhadores de ambos os sexos);
- Lei n.º 7/2008 (Lei das relações do trabalho);
- Despacho do Chefe do Executivo n.º 343/2008 (Lista de trabalhos condicionados a menores);
- Despacho do Chefe do Executivo n.º 344/2008 (Lista de trabalhos proibidos a menores);
- Lei n.º 21/2009 (Lei da contratação de trabalhadores não residentes);
- Regulamento Administrativo n.º 8/2010 (Regulamentação da Lei da contratação de trabalhadores não residentes);
- Regulamento Administrativo n.º 13/2010 (Regulamentação das condições ou encargos a estabelecer na autorização de contratação de trabalhadores não residentes);
- Despacho do Chefe do Executivo n.º 88/2010 (Fixação das condições mínimas de higiene e habitabilidade que o local de alojamento de trabalhadores não residentes deve satisfazer, bem como, no caso de pagamento em dinheiro, o respectivo montante mínimo);
- Decreto-Lei n.º 40/95/M (Regime jurídico da reparação por danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais);
- Decreto-Lei n.º 32/94/M (Regime do licenciamento das agências de emprego);
- Decreto-Lei n.º 43/95/M (Regras a observar na suspensão das relações de trabalho, bem como na redução dos horários de trabalho);
- Regulamento Administrativo n.º 17/2004 (Regulamento sobre a proibição do trabalho ilegal).

O DSSO faz, nos termos da lei, a supervisão da observância das seguintes disposições sobre a segurança e saúde ocupacional nos estabelecimentos industriais, comerciais, de escritórios e de serviços, em estaleiros de obras de construção e nos estabelecimentos com ruído ocupacional:

- Decreto-Lei n.º 57/82/M (Regulamento geral de segurança e higiene do trabalho nos estabelecimentos industriais);
- Decreto-Lei n.º 37/89/M (Regulamento geral de higiene e segurança do trabalho nos estabelecimentos comerciais, de escritórios e de serviços);
- Decreto-Lei n.º 44/91/M (Regulamento de higiene e segurança no trabalho da construção civil);
- Decreto-Lei n.º 34/93/M (Regime jurídico aplicável ao ruído ocupacional);
- Lei n.º 3/2014 (Regime do cartão de segurança ocupacional na construção civil).

Em termos de apoio logístico e de disponibilização de material, cada inspector do trabalho tem equipamento básico de escritório, equipamento de protecção individual (calçado de segurança, capacete, óculos de protecção, equipamento de protecção auditiva) e meio de transporte, e ainda sistemas de informação e base de dados para elaboração de relatórios e de documentos.

IV. Fotos sobre actividades



Curso de certificação de esteticista de nível médio



Curso de certificação de barista de nível elementar



Curso de qualificação profissional – Cuidador infantil (nível elementar)



Curso de autenticação profissional de jades



Curso preparatório para acesso a croupier



Acção de recrutamento para formandos dos cursos de formação profissional

IV. Fotos sobre actividades



Apresentação do enquadramento legal da “Lei das relações de trabalho” e da “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”



Sessão de esclarecimento sobre a “Alteração ao regime de reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais”



23ª Conferência de Segurança e Saúde Ocupacional entre os dois lados do Estreito, Hong Kong e Macau



Competição final de conhecimentos de segurança entre Cantão, Hong Kong e Macau



Fiscalização da segurança e saúde ocupacional a supermercados



Reuniões à hora do almoço

V. Dados estatísticos de 2015

Quadro 1	Cursos de formação profissional e formandos por ramos de actividade
Quadro 2	Formandos de cursos de formação profissional por escalões etários e sexos
Quadro 3	Número de candidatos que receberam certificados de qualificação profissional por escalões etários, sexos, ramos de actividade e profissões
Quadro 4	Cursos com certificação de qualificação profissional e formandos por ramos de actividade
Quadro 5	Estatística da situação de supervisão de cursos de formação profissional
Quadro 6	Trabalhadores (pessoas físicas) envolvidos em processos de conflitos laborais por assuntos
Quadro 7	Infracções administrativas e montante das multas (em patacas) por assuntos
Quadro 8	Contravenções e montante das multas (em patacas) por assuntos
Quadro 9	Créditos dos trabalhadores liquidados por assuntos (em patacas)
Quadro 10	Estatística das vistorias ao trabalho ilegal e à situação de contratação segundo o tipo de estabelecimento por ramos de actividade
Quadro 11	Número de pessoas sujeitas a aplicação de sanção e montante das multas (em patacas) referentes a infracções à “Lei da contratação de trabalhadores não residentes” ou ao “Regulamento sobre a proibição do trabalho ilegal”
Quadro 12	Créditos dos trabalhadores resultantes dos processos de acidentes de trabalho e doenças profissionais (em patacas)
Quadro 13	Ações inspectivas de segurança e saúde ocupacional por ramos de actividade
Quadro 14	Participação das Comissões de Licenciamento em ações inspectivas de segurança e saúde ocupacional
Quadro 15	Estatística das visitas inspectivas de segurança e saúde ocupacional segundo os ramos de actividade e o tipo de estabelecimento
Quadro 16	Resultados dos testes de saúde ocupacional aos trabalhadores por ramos de actividade
Quadro 17	Estatística de planos de promoção de segurança e saúde ocupacional
Quadro 18	Número de pessoal da inspecção do trabalho segundo o nível de escolaridade por sexos
Quadro 19	Número de pessoal da inspecção do trabalho segundo o tempo de serviço por categoria

Quadro 1 – Cursos de formação profissional e formandos por ramos de actividade

Ramos de actividade / Modalidades dos cursos	Aprendizagem		Plano de formação de técnicos estagiários		Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações		Aperfeiçoamento		Plano de formação para pescadores durante o período de defeso da pesca		Revisão antes dos testes de técnicas profissionais		Total	
	Cursos (nº)	Formandos (nº)	Cursos (nº)	Formandos (nº)	Cursos (nº)	Formandos (nº)	Cursos (nº)	Formandos (nº)	Cursos (nº)	Formandos (nº)	Cursos (nº)	Formandos (nº)	Cursos (nº)	Formandos (nº)
Obras de reparação	6	97	1	11	1	30	39	730	4	65	49	681	100	1 614
Construção	-	-	-	-	-	-	56	1 073	-	-	-	-	56	1 073
Indústria e comércio	-	-	-	-	-	-	45	1 274	1	29	1	7	47	1 310
Serviços e cuidados pessoais	-	-	-	-	-	-	13	296	3	73	-	-	16	369
Hotelaria e restauração	-	-	-	-	-	-	20	460	8	203	-	-	28	663
Mediação imobiliária	-	-	-	-	-	-	3	91	-	-	-	-	3	91
Administração de propriedades/ instalações	-	-	-	-	-	-	7	197	-	-	-	-	7	197
Transportes	-	-	-	-	-	-	2	133	-	-	-	-	2	133
Arte floral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	87	4	87
Turismo	-	-	-	-	-	-	2	55	1	26	-	-	3	81
Jogo	-	-	-	-	-	-	12	328	-	-	-	-	12	328
Comércio a retalho	-	-	-	-	-	-	3	57	1	29	-	-	4	86
Total	6	97	1	11	1	30	202	4 694	18	425	54	775	282	6 032

Quadro 2 – Formandos de cursos de formação profissional por escalões etários e sexos

Modalidades dos cursos	Escalões etários	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	≥ 65	Total (*)
	Sexos							
Aprendizagem	H	92	3	0	0	0	0	95
	M	2	0	0	0	0	0	2
	Total	94	3	0	0	0	0	97
	Taxa (%)	96,9	3,1	0	0	0	0	100
Plano de formação de técnicos estagiários	H	8	1	1	1	0	0	11
	M	0	0	0	0	0	0	0
	Total	8	1	1	1	0	0	11
	Taxa (%)	72,7	9,1	9,1	9,1	0	0	100
Plano de formação de técnicas de reparação de instalações	H	15	5	4	3	2	0	29
	M	0	1	0	0	0	0	1
	Total	15	6	4	3	2	0	30
	Taxa (%)	50	20	13,3	10	6,7	0	100
Aperfeiçoamento	H	306	906	634	456	262	57	2 621
	M	103	421	475	638	400	36	2 073
	Total	409	1 327	1 109	1 094	662	93	4 694
	Taxa (%)	8,7	28,3	23,6	23,3	14,1	2	100
Plano de formação para pescadores durante o período de defeso da pesca	H	22	27	27	44	47	7	174
	M	15	36	37	70	83	10	251
	Total	37	63	64	114	130	17	425
	Taxa (%)	8,7	14,8	15,1	26,8	30,6	4	100
Revisão antes dos testes de técnicas profissionais	H	158	226	156	93	39	5	677
	M	4	50	22	19	3	0	98
	Total	162	276	178	112	42	5	775
	Taxa (%)	20,9	35,6	23	14,5	5,4	0,6	100
Total (*)	H	601	1 168	822	597	350	69	3 607
	M	124	508	534	727	486	46	2 425
	Total	725	1 676	1 356	1 324	836	115	6 032
	Taxa (%)	12	27,8	22,5	21,9	13,9	1,9	100

*Devido aos arredondamentos, o total das percentagens poderá não corresponder à soma das parcelas.

Quadro 3 – Número de candidatos que receberam certificados de qualificação profissional por escalões etários, sexos, ramos de actividade e profissões

Ramos de actividade	Profissões	Sexo/ Escalões etários	15- 24 anos	25- 34 anos	35- 44 anos	45- 54 anos	55- 64 anos	≥ 65 anos	Soma	Total	Taxa ³
Obras de reparação	Electricista de reparações	H	92	118	91	48	22	2	373	379	16,9%
		M	-	5	1	-	-	-	6		
	Montador de equipamento eléctrico	H	35	39	36	14	4	-	128	130	5,8%
		M	-	1	1	-	-	-	2		
Construção	Operador de guindaste	H	-	5	5	5	1	-	16	16	0,7%
		M	-	-	-	-	-	-	-		
Imobiliário	Agente imobiliário	H	137	312	107	40	12	4	612	1 150	51,4%
		M	81	182	165	87	23	-	538		
Obras de reparação	Electricista de reparações	H	-	4	2	4	11	0	21	21	0,9%
		M	-	-	-	-	-	-	0		
	Técnico de reparação de equipamento de refrigeração	H	-	1	-	-	-	-	1	1	0%
		M	-	-	-	-	-	-	0		
Administração predial / Gestão de instalações	Assistente de gestor de instalações / gestor	H	1	12	6	3	-	-	22	27	1,2%
		M	-	4	-	1	-	-	5		
Hotelaria e restauração	Operador de misturador de café	H	1	3	1	1	-	-	6	9	0,4%
		M	1	-	1	1	-	-	3		
Serviços e cuidados pessoais	Esteticista	H	-	-	-	-	-	-	0	1	0%
		M	-	-	-	1	-	-	1		
	Assistente materno-infantil	H	-	-	-	-	-	-	0	56	2,5%
		M	-	3	7	28	18	-	56		
	Cuidador infantil	H	-	-	-	-	-	-	0	57	2,5%
		M	4	17	25	11	-	-	57		
Indústria e comércio	Assistente de orientador de carreira	H	1	6	2	1	1	-	11	24	1,1%
		M	1	6	3	3	-	-	13		
	Examinador de diamantes	H	2	4	6	-	2	-	14	43	1,9%
		M	1	10	13	4	1	-	29		
	Examinador de jades verdes	H	1	1	10	2	2	-	16	41	1,8%
		M	-	11	4	8	2	-	25		
Arte floral	Arranjos florais	H	-	-	-	1	1	-	2	45	2,0%
		M	1	20	11	10	1	-	43		
Obras de reparação	Electricista de reparações	H	-	11	10	7	2	1	31	32	1,4%
		M	-	1	-	-	-	-	1		
Serviços e cuidados pessoais	Cuidador de crianças	H	-	-	-	-	-	-	0	87	3,9%
		M	1	16	29	29	12	-	87		
Hotelaria e restauração	Cozinheiro de culinária ocidental	H	1	10	13	13	1	-	38	58	2,6%
		M	1	5	-	10	4	-	20		

	segundo o modelo “1 teste, 2 certificados” (2)	Cozinheiro de culinária chinesa	H	1	3	1	0	2	-	7	17	0,8%
			M	1	2	2	2	3	-	10		
		Cozinheiro de pasteleria e acepipes chineses	H	-	2	2	1	2	-	7	17	0,8%
			M	-	2	6	1	1	-	10		
Cozinheiro de pasteleria e acepipes ocidentais	H	-	3	-	2	-	-	5	26	1,2%		
	M	-	9	5	7	-	-	21				
TOTAL				364	828	565	345	128	7	-	2 237	100%

1. Testes segundo o modelo “1 teste, 2 certificados”: A aprovação num único teste permite aos candidatos receber simultaneamente um certificado nacional de qualificação profissional e um certificado de qualificação profissional de Macau.
2. Protocolo de cooperação para os testes segundo o modelo “1 teste, 2 certificados”: A obtenção de um certificado nacional de qualificação profissional através do Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau permite aos residentes de Macau receber um certificado de qualificação profissional emitido pela DSAL.
3. Devido aos arredondamentos, o total das percentagens poderá não corresponder à soma das parcelas.

Quadro 4 - Cursos com certificação de qualificação profissional e formandos por ramos de actividade

Área dos cursos	Nº de cursos	Designação dos cursos	Nº de formandos	Nº de formandos que concluíram o curso	Nº de formandos aprovados no teste de certificação
Indústria e comércio	1	10ª edição do Curso de autenticação profissional de diamantes	20	20	20
	1	8ª edição do Curso de autenticação de jades verdes	24	22	23(1)
	4	1ª a 4ª edições do Curso (com certificação) para TOEIC (compreensão e leitura)	112	69	42
	1	3ª edição do Curso para TOEIC	24	17	15
	1	2ª edição do Curso de formação e certificação para auxiliares do orientador de carreira (nível 3)	16	14	6
Obras de reparação	3	2ª a 4ª edições do Curso de certificação para electricistas de reparações (nível elementar)	60	46	83(2)
	2	1ª e 2ª edições do Curso de certificação para electricistas de reparações (nível intermediário)	44	37	30
Mediação imobiliária	2	48ª e 49ª edições do Curso complementar para licença de agente imobiliário	58	54	54
Administração de propriedades / Gestão de instalações	1	10ª edição do Curso de formação de pessoal técnico-profissional para administração de propriedades	40	36	36
	1	1ª edição do Curso de formação e certificação de assistente de chefe de gestão de instalações (nível 3)	35	34	27
	1	2ª edição do Curso de formação e certificação de assistente de chefe de gestão de instalações (nível 3)	35	33	18
Construção	2	57ª e 58ª edições do Curso de soldadura (com certificação)	24	21	21
	1	59ª edição do Curso de soldadura (com certificação e nível intermédio)	9	8	8
	1	8ª edição do Curso de soldadura com aço inoxidável com certificação	12	12	12
	1	2ª edição do Curso complementar com certificação para cuidador materno-infantil	27	27	27

Serviços e cuidados pessoais	1	1ª edição do Curso de formação e certificação para cuidador materno-infantil	30	29	29
	2	1ª e 2ª edições do Curso de formação e certificação para cuidador infantil	60	57	57
	4	15ª a 18ª edições do Curso de vigilante de crianças de nível elementar (qualificação nacional profissional)	96	83	64
	1	1ª edição do Curso com certificação de esteticista de nível intermédio	20	19	8
Hotelaria e restauração	1	1ª edição do Curso de cozinha chinesa (nível básico)	20	19	19
	1	1ª edição do Curso de cozinheiro de culinária chinesa de nível elementar (qualificação nacional profissional)	20	17	17
	1	1ª edição do Curso de cozinheiro de pasteleria e acepipes chineses de nível elementar (qualificação nacional profissional)	20	17	17
	1	1ª edição do Curso de cozinheiro de culinária ocidental de nível elementar (qualificação nacional profissional)	20	17	17
	1	1ª edição do Curso de cozinheiro de pasteleria e acepipes ocidentais de nível elementar (qualificação nacional profissional)	20	17	17
	1	1ª edição do Curso de formação e certificação de operador de misturador de café (nível elementar)	11	9	9
Soma	37	---	857	734	676
Obras de reparação	4	5ª a 8ª edições do Curso com certificação para electricistas de reparações (nível elementar)	80	Em curso	
Transporte	1	12ª edição do Curso de formação de condutores de automóveis pesados de passageiros (D2)	56		
	1	5ª edição do Curso de formação de condutores de automóveis pesados de passageiros (D1)	77		
Soma	6	---	213		
Total	43	---	1 070	734	676

1: Um formando não participou na formação fora do território mas fez directamente o teste de certificação, pelo que o número de formandos com certificação é superior ao de formandos que concluíram o curso.

2: Este curso disponibiliza testes para certificação em 2 tipos de profissão, pelo que o número de formandos que participou no exame é superior ao de formandos do curso.

Quadro 5 – Estatística da situação de supervisão de cursos de formação profissional

Modalidades dos cursos	Nº de cursos	Formandos que concluíram os cursos (pessoas físicas)	Nº de observações / verificações e comparência nos cursos	Nº de inquiridos (pessoas físicas)
Aperfeiçoamento	196 (*)	3 289	262	2 881
Plano de formação para pescadores durante o período de defeso da pesca	18	405	36	387
Total	214	3 694	298	3 268
Média de observações e de comparência: 1,4 vezes/course Nº de inquiridos por nº de formandos: taxa > 88,5%				

* Ainda há 18 cursos a decorrer

Quadro 6 – Trabalhadores (pessoas físicas) envolvidos em processos de conflitos laborais por assuntos

Assuntos	Processos instaurados					Processos concluídos				Processos instaurados e concluídos			
	Nº de assuntos tratados	Trabalhadores envolvidos (pessoas físicas)				Nº de assuntos tratados	Trabalhadores envolvidos (pessoas físicas)			Nº de assuntos tratados	Trabalhadores envolvidos (pessoas físicas)		
		TR's	TNR's	Trab. ilegais	Não identificados		TR's	TNR's	Não identificados		TR's	TNR's	Não identificados
Horário de trabalho	24	16	7	0	1	53	40	12	1	17	11	5	1
Descanso semanal	2 044	388	1 655	0	1	1 459	290	1 168	1	1 123	233	889	1
Férias anuais	1 134	346	788	0	0	918	212	706	0	763	158	605	0
Feriados obrigatórios	2 063	662	1 401	0	0	1 328	360	968	0	1 068	294	774	0
Salários	3 563	957	2 558	2	46	2 325	578	1 727	20	1 818	464	1 338	16
Subsídios	20	6	14	0	0	5	2	3	0	3	1	2	0
Suspensão de trabalho	1 211	134	1 077	0	0	1 016	92	924	0	929	80	849	0
Resolução de contrato	510	158	352	0	0	439	140	299	0	354	89	265	0
Despedimento de trabalhadora grávida (artigo 56º)	12	8	4	0	0	8	4	4	0	7	4	3	0
Licença de maternidade	4	4	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0
Menores	55	55	0	0	0	76	76	0	0	28	28	0	0
Registo de informações	1	0	1	0	0	6	0	6	0	0	0	0	0
Faltas	15	10	5	0	0	18	13	5	0	11	8	3	0
13º mês de salário / outras prestações periódicas	231	194	37	0	0	301	197	104	0	172	146	26	0
Certificado de trabalho	53	46	7	0	0	36	28	8	0	25	20	5	0
Compensação por prestação de trabalho extraordinário	1 724	281	1 441	1	1	1 205	286	917	2	817	198	618	1
Indemnização rescisória	1 496	666	830	0	0	1 152	431	721	0	963	332	631	0
Aviso prévio	1 047	421	626	0	0	850	284	566	0	726	228	498	0
Descontos no salário	143	33	110	0	0	185	45	139	1	106	19	87	0
Recibo de pagamento da remuneração	283	103	177	0	3	205	83	121	1	93	74	18	1

Princípio de igualdade	19	19	0	0	0	20	19	1	0	19	19	0	0
Trabalho das mulheres	3	3	0	0	0	6	5	1	0	3	3	0	0
Diminuição da remuneração	4	0	4	0	0	5	1	4	0	4	0	4	0
Compensação por prestação de trabalho nocturno	13	6	7	0	0	10	7	3	0	9	6	3	0
Compensação por prestação de trabalho por turnos	1	1	0	0	0	3	3	0	0	1	1	0	0
Diminuição da remuneração de base	25	25	0	0	0	24	24	0	0	22	22	0	0
Garantias dos trabalhadores	17	16	1	0	0	15	15	0	0	14	14	0	0
Contrato de trabalho de menores	77	77	0	0	0	77	77	0	0	27	27	0	0
Contrato de trabalho a termo	18	7	11	0	0	13	7	6	0	12	7	5	0
Não concessão de contrato escrito ou acordo aos trabalhadores	180	1	179	0	0	54	3	51	0	26	1	25	0
Âmbito da remuneração de base	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
Fundo de previdência ou pensão de aposentação	17	15	2	0	0	12	11	1	0	9	8	1	0
Alojamento	872	0	872	0	0	644	0	644	0	505	0	505	0
Despesas de repatriamento	439	0	439	0	0	433	0	433	0	360	0	360	0
Forma de contrato de trabalho	46	0	46	0	0	49	0	49	0	24	0	24	0
Forma de pagamento da remuneração	253	0	241	0	12	190	0	188	2	101	0	100	1
Taxa de contratação	3	0	3	0	0	2	0	2	0	2	0	2	0
Prestação de trabalho, por trabalhador não residente, para entidade diferente da que havia sido autorizado	12	0	12	0	0	15	0	15	0	9	0	9	0
Desempenho de função diferente da que havia sido autorizado por trabalhador não residente	30	1	25	0	4	49	1	47	1	15	0	14	1
Autorização de permanência limitada (Lei nº 21/2009, artº 4º nº 2)	6	0	6	0	0	6	0	6	0	6	0	6	0
Violações à “Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais”	98	97	0	0	1	94	93	0	1	78	77	0	1
Outros	543	181	360	0	2	307	165	142	0	247	120	127	0
Total	18 309	4 937	13 298	3	71	13 615	3 594	9 991	30	10 517	2 693	7 801	23

Obs: Os dados deste quadro foram apurados com base nos assuntos dos conflitos laborais.

**Quadro 7 – Infracções administrativas e
montante das multas (em patacas) por assuntos**

Assuntos	Montante das multas	Nº de assuntos envolvidos (Taxa %)
Forma de pagamento da remuneração	1 115 000	223 (55%)
Contrato de trabalho com menores	83 000	63 (16%)
Forma do contrato com trabalhadores	165 000	33 (8%)
Recibo de pagamento da remuneração	100 000	20 (5%)
Trabalho ilegal	80 000	15 (4%)
Alojamento	55 000	11 (3%)
Certificado de trabalho	30 000	6 (1%)
Despesas de repatriamento	30 000	6 (1%)
Outros	34 000	29 (7%)
Total	1 692 000	406 (100%)

Quadro 8 – Contravenções e montante das multas (em patacas) por assuntos

Assuntos	Montante das multas	Nº de assuntos envolvidos (Taxa %) (*)
Salário	3 946 667	245 (35%)
Indemnização rescisória	505 000	101 (14%)
Feriados obrigatórios	475 000	95 (14%)
Compensação por prestação de trabalho extraordinário	320 000	64 (9%)
Férias	190 000	37 (5%)
Suspensão de trabalho	515 000	34 (5%)
Resolução do contrato	132 000	26 (4%)
Descanso semanal	120 000	24 (3%)
Menores	420 000	22 (3%)
Horário de trabalho	170 000	17 (2%)
Outros	452 500	37 (5%)
Total	7 246 167	702 (100%)

* Devido aos arredondamentos, o total das percentagens poderá não corresponder à soma das parcelas.

Quadro 9 – Créditos dos trabalhadores liquidados por assuntos (em patacas)*

Assuntos / Montante	Total		Resolvido através de autoridades administrativas		Submetido aos órgãos judiciais para julgamento	
	TR's	TNR's	TR's	TNR's	TR's	TNR's
Descanso semanal	2 005 153	5 760 110	1 650 525	5 740 529	354 628	19 582
Férias	1085 306	2 017 664	847 134	2 016 613	238 172	1 051
Feriados obrigatórios	1 989 202	2 910 332	1 555 072	2 908 472	434 130	1 860
Salários	8 717 566	17 988 569	6 737 453	16 058 351	1 980 113	1 930 218
Suspensão de trabalho	392 249	6 108 768	300 789	5 978 898	91 460	129 870
Resolução de contrato	915 091	2 217 139	346 364	2 165 551	568 727	51 588
Despedimento de trabalhadora grávida (artº 56º)	33 600	17 000	33 600	17 000	0	0
Alojamento	0	2 515 902	0	2 413 902	0	102 000
Faltas	71 117	4 133	71 117	4 133	0	0
13º mês de salário / outras prestações periódicas	859 170	152 772	604 379	152 772	254 792	0
Compensação por prestação de trabalho extraordinário	3 152 199	4 606 003	1 915 871	4 250 446	1 236 328	355 557
Indemnização rescisória	2 611 021	3 074 811	2 014 534	3 074 811	596 488	0
Aviso prévio	1 093 544	2 152 552	927 060	2 152 552	166 484	0
Despesas de repatriamento	0	530 759	0	530 759	0	0
Descontos	64 444	483 060	64 444	480 403	0	2 657
Compensação por prestação de trabalho noturno	3 286	0	3 286	0	0	0
Diminuição de remuneração de base	96 000	0	0	0	96 000	0
Garantias dos trabalhadores	45 333	0	45 333	0	0	0
Fundo de previdência, pensão de aposentação ou quantias periódicas	207 836	0	207 836	0	0	0
Outros	243 388	88 332	243 388	88 332	0	0
Total	23 585 505	50 627 906	17 568 183	48 033 523	6 017 322	2 594 383
	74 213 411		65 601 706		8 611 705	

* Devido aos arredondamentos, o total das percentagens poderá não corresponder à soma das parcelas.

Quadro 10 – Estatística das vistorias ao trabalho ilegal e à situação de contratação segundo o tipo de estabelecimento por ramos de actividade

Estabelecimentos e ramos de actividade	Vistorias Nº de vistorias (Taxa %)	Nº de estabelecimentos	Nº de trabalhadores inspeccionados
Ramos de actividade			
Secção G: Comércio por grosso e a retalho	55 (32%)	47	178
Secção O: Actividades culturais e recreativas, lotarias e outros serviços:	25 (15%)	20	81
Secção H: Hotelaria e restauração	22 (13%)	21	77
Secção K: Actividades imobiliárias e serviços prestados de empresas	21 (12%)	18	67
Secção I: Transportes, armazenagem e comunicações	21 (12%)	9	63
Secção F: Construção	14 (8%)	13	49
Secção D: Indústrias transformadoras	10 (6%)	7	43
Secção J: Actividades financeiras	2 (1%)	2	6
Secção A: Agricultura, pesca e indústrias extractivas	1 (1%)	1	3
Total	171 (100%)	138	567
Tipo de estabelecimento			
Estabelecimentos comerciais	127 (74%)	106	429
Edifícios privados	11 (6%)	8	33
Estaleiros de obras de construção	8 (5%)	8	28
Estabelecimentos industriais	5 (3%)	5	18
Outros ^(Nota)	20 (12%)	11	59
Total	171 (100%)	138	567

Nota: Estabelecimentos cujas informações detalhadas não foram fornecidas

Quadro 11 – Número de pessoas sujeitas a aplicação de sanção e montante das multas (em patacas) referentes a infracções à “Lei da contratação de trabalhadores não residentes” ou ao “Regulamento sobre a proibição do trabalho ilegal”

Entidade sujeita a aplicação de sanção	Nº de pessoas sujeitas a aplicação de sanção	Montante das multas
Empregadores/ Entidades empregadoras	426	3 300 000
Trabalhadores ilegais	438	2 190 000
Exercício de actividades em proveito próprio dos não residentes	277	5 540 000
Ao serviço de empregador/local alheio por vontade do trabalhador	83	415 000
Total	1 224	11 445 000

Quadro 12 – Créditos dos trabalhadores resultantes dos processos de acidentes de trabalho e doenças profissionais (em patacas)

Causas	Montante a pagar	Montante pago	Saldo ^(*)
Pagamento do dia de descanso	49 300 398	46 215 317	3 085 081
Despesas médicas reclamadas	21 984 340	20 394 763	1 589 577
Total	71 284 737	66 610 079	4 674 658

* Devido aos arredondamentos, o total das percentagens poderá não corresponder à soma das parcelas.

Quadro 13 – Acções inspectivas de segurança e saúde ocupacional por ramos de actividade

Ramos de actividade	Nº de estabelecimentos	Nº de vistorias	Nº de recomendações
Construção	1 644	5 488	2 084
Hotelaria	21	22	1
Restauração	2	2	0
Comércio por grosso e a retalho	84	108	65
Escolas	8	8	349
Total	1 759	5 628	2 499

Quadro 14 – Participação das Comissões de Licenciamento em acções inspectivas de segurança e saúde ocupacional

Comissões de licenciamento	Nº de estabelecimentos	Vistorias (Nº)	Análise de plantas (Nº)	Recomendações dadas (Nº)
Comissão de vistorias de licenciamento a estabelecimentos industriais	110	213	0	645
Comissão de vistorias de licenciamento a estabelecimentos do ramo farmacêutico	72	84	0	37
Comissão de vistorias de licenciamento a hotéis, restaurantes e similares	78	78	0	1
Comissão de vistorias de licenciamento a estabelecimentos de comidas e bebidas	21	6	27	0
Comissão de vistorias de licenciamento a escolas de condução	4	4	0	0
Total	285	385	27	683

Quadro 15 – Estatística das visitas inspectivas de segurança e saúde ocupacional segundo os ramos de actividade e o tipo de estabelecimento

Estabelecimentos e ramos de actividade	Nº de estabelecimentos	Nº de vistorias	Nº de recomendações	Nº de inspectores
-Tipo de estabelecimento-				
Edifícios privados (*)	147	256	38	29
Estaleiros de obras de construção	1 497	5 232	2 046	29
Estabelecimentos comerciais	282	304	104	29
Estabelecimentos industriais	110	213	645	29
Outros	8	8	349	29
Total	2 044	6 013	3 182	
-Ramos de actividade-				
Secção A: Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	0	0	0	0
Secção C: Indústrias extractivas	0	0	0	0
Secção D: Indústrias transformadoras	110	213	645	29
Secção E: Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água	0	0	0	0
Secção F: Construção	1 644	5 488	2 084	29
Secção G: Comércio por grosso e a retalho	156	192	102	29
Secção H: Alojamento, restaurantes e similares	122	108	2	29
Secção I: Transportes, armazenagem e comunicações	0	0	0	0
Secção J: Actividades financeiras	0	0	0	0
Secção o K: Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	0	0	0	0
Secção L: Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	0	0	0	0
Secção M: Educação	12	12	349	29
Secção N: Saúde e acção social	0	0	0	0
Secção O: Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	0	0	0	0
- Lotarias e outros jogos de aposta (excepto promotores do jogo)	0	0	0	0
Secção P: Famílias com empregados domésticos	0	0	0	0
Secção Q: Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Total	2 044	6 013	3 182	

* Inclui somente a parte comum dos edifícios

Quadro 16 – Número de trabalhadores examinados e resultados dos seus testes de saúde ocupacional

	Testes de saúde ocupacional por ramos de actividade	Testes de saúde ocupacional a pedido das empresas	Testes de saúde ocupacional prestados nos locais de realização de acções de promoção e divulgação	Testes de saúde ocupacional realizados aos trabalhadores ao serviço nos cursos de formação e seminários	Total
Trabalhadores examinados (pessoas físicas)	409	84	44	510	1 047
Nº de trabalhadores com possível surdez ocupacional	0	1 (*)	0	0	1
Nº de trabalhadores cuja média auditiva apresentou ligeiras anomalias (devido ao ruído ocupacional)	1	5	0	0	6
Nº de trabalhadores com princípios de surdez (devido ao ruído ocupacional)	9	25	1	0	35
Nº de trabalhadores com problemas pulmonares por razões de trabalho	0	6	0	0	6
Nº de trabalhadores que sofriam de doenças músculo-esqueléticas dos membros superiores por razões relacionadas com o trabalho	0	0	0	2	2
Nº de trabalhadores com varizes por excesso de tempo em pé	6	4	3	20	33
Nº de trabalhadores com anomalias na pele das mãos por contacto com produtos químicos	0	0	0	5	5

* Repetição de verificação dos processos

Quadro 17 – Estatística de planos de promoção de segurança e saúde ocupacional

Plano de promoção de segurança e saúde ocupacional	Realização de 87 actividades de promoção, que contaram com a participação de 4 554 pessoas; realização de 171 seminários que contaram com a participação de 11 257 pessoas.
Plano promocional de utilização de corda de segurança, dispositivos portáteis de ancoragem e corda de segurança independente	O equipamento de 132 conjuntos foi aprovado para 54 empresas, tendo também sido realizados cursos que deram formação a 281 indivíduos.
Plano promocional de utilização de dispositivos portáteis de ancoragem temporária	O equipamento de 13 conjuntos foi aprovado para 9 empresas, tendo também sido realizados cursos que deram formação a 50 indivíduos.
Plano promocional para calçado de segurança	Foi aprovada a oferta de 65 pares de sapatos de segurança para os trabalhadores de 20 empresas.
Plano promocional para caixa de primeiros socorros	Foi aprovada a oferta de 53 caixas de primeiros socorros para 53 empresas.

**Quadro 18 – Número de pessoal da fiscalização do trabalho
segundo o nível de escolaridade por sexos**

		Bacharelato ou nível inferior	Licenciatura	Mestrado	
Inspectores	H	5	24	---	
	M	5	38	5	
	HM	10	62	5	77
Pessoal da fiscalização (excepto inspectores)	H	3	32	4	
	M	---	12	6	
	HM	3	44	10	57
Total	H	8	56	4	68
	M	5	50	11	66
	HM	13	106	15	134

**Quadro 19 – Número de pessoal da inspecção do trabalho
segundo o tempo de serviço por categoria**

		Adjuntos- técnicos	Inspectores	Técnicos	Técnicos superiores	Chefe de Divisão	Chefe de Departamento	
Inspectores	Menos de 5 anos	---	27	---	---	---	---	
	5 a 10 anos	---	2	---	---	---	---	
	Mais de 10 anos	---	48	---	---	---	---	
Pessoal da fiscalização (excepto inspectores)	Menos de 5 anos	1	---	1	---	---	---	
	5 a 10 anos	23	---	9	2	---	---	
	Mais de 10 anos	1	---	3	13	2	2	
Soma	Menos de 5 anos	1	27	1	---	---	---	29
	5 a 10 anos	23	2	9	2	---	---	36
	Mais de 10 anos	1	48	3	13	2	2	69
Total		25	77	13	15	2	2	134

活動報告

Relatório de Actividades



勞工事務局

Direcção dos Serviços Para os Assuntos Laborais

澳門馬揸度博士大馬路221-279號先進廣場大廈

電話：(853)2856 4109 傳真：(853)2855 0477

電郵：dsalinfo@dsal.gov.mo

網址：<http://www.dsal.gov.mo>

版權屬勞工事務局所有，未經授權不得轉載。

Avenida do Dr. Francisco Vieira Machado, nos 221 a 279, Edifício Advance Plaza, Macau

TEL: (853)2856 4109 FAX: (853)2855 0477

E-mail: dsalinfo@dsal.gov.mo

Website: <http://www.dsal.gov.mo>

Direito de autor exclusivo da DSAL.

Nenhuma parte desta edição pode ser reproduzida, sem a devida autorização.